

O SALTO

MIGRAÇÕES E EXÍLIOS DE ONTEM E HOJE



O salto — Gerês, 1970
© Fernando Cardeira

As nossas civilizações fizeram-se de grandes deslocações de populações, por conquista de territórios que, na melhor das hipóteses, estavam desocupados, mas que muitas vezes significavam a sujeição ou condenação ao exílio de populações vencidas.

A História de Portugal não é diferente e fez-se também de dominação e sujeição dos povos que passaram pelo país ou pelos territórios ocupados no mundo.

Há seis ou sete décadas, mais de 220 000 jovens portugueses recusaram participar numa guerra em África (CARDINA) destinada a manter o estatuto de dominação, por Portugal, de povos africanos, estando na base de uma explosão da saída clandestina “a salto” do país da maior parte destes jovens, em especial em direção a França, que na altura adotou (essencialmente por motivos económicos) uma política de abertura à imigração indocumentada de portugueses, arrastando consigo pais, filhos, irmãos, amigos e conhecidos num movimento sem precedente de escolha do exílio preferido à participação numa guerra sem significado para a maior parte do povo, procurando também condições de vida digna, fugindo à miséria vivida em todo o país.

Nos dias de hoje, as características das migrações para fora e para dentro do país são diferentes, mas continuam a acontecer pelos mesmos motivos: procura de melhores condições de vida — como acontece com a emigração de jovens portugueses qualificados e a imigração de jovens dos PALOP e de países asiáticos para Portugal — ou de fuga de conflitos militares ou políticos, como acontece com russos, ucranianos, sírios, afegãos, palestinianos e outros. Estão também sujeitas às mesmas condições de rejeição, preconceito, problemas de alojamento, como as que os emigrantes portugueses enfrentaram na França ou noutros países.

Hoje como ontem, migrantes motivados por situações de pobreza ou de insegurança escolhem muitas vezes caminhos difíceis para atingir os seus objetivos dando “o salto” à sua maneira, mas ficando sujeitos a todos os tipos de redes de tráfico humano.

Casa do Parlamento — Centro Interpretativo
12 de abril de 2025

A DITADURA – EMIGRAÇÃO E EXÍLIO ATÉ 1961

Durante a ditadura em Portugal, os que se lhe opunham viram-se frequentemente forçados a escolher o exílio, única forma de escapar à repressão. Muitos exilaram-se na América Latina, outros na Europa, onde procuravam a proteção que a sua situação exigia.

De 1951 a 1960, a emigração total portuguesa foi de 363 224, com destino, preferencialmente, para o Brasil, Venezuela e outros países da América do Sul. A emigração por motivos políticos, para estes países, surgiu antes de 1961, onde se formaram grupos de opositores ao regime de Salazar, especialmente nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Caracas.

Humberto Delgado, depois da derrota que sofreu nas eleições fraudulentas de 1958, era ativamente procurado pela Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE). Refugiou-se na embaixada do Brasil em Lisboa e partiu com salvo-conduto deste país para o Rio de Janeiro.

Henrique Galvão, que sequestrou o transatlântico português *Santa Maria* em 1961, escolheu a Venezuela como pátria de exílio.

Estas duas personalidades são apenas um mero exemplo do amplo movimento de intelectuais democráticos que trocaram Portugal pela América do Sul na década de 1950.



Humberto Delgado na Praça Carlos Alberto, no Porto (domínio público – purl)



Entrevista a Henrique Galvão (direitos reservados)



Dia do Estudante, 1962 (Arquivo RTP)

ANOS 1960 – O INÍCIO DA CRISE DO REGIME E DA GUERRA COLONIAL

O início da Guerra Colonial em Angola em 1961, a que se somaram alguns sinais de crise política do regime na sequência das eleições fraudulentas em 1958, desencadearam uma grave crise que abalou os trabalhadores, camponeses e estudantes, numa escala nunca alcançada na história do regime.

Em 1961, iniciaram-se as primeiras ações dos movimentos de libertação de Angola contra o Governo português, sendo outros acontecimentos relevantes, o desvio do paquete *Santa Maria*, um avião da TAP da rota Casablanca-Lisboa lançando panfletos sobre a cidade de Lisboa; a ocupação de Goa pela União Indiana; a conspiração de ministros e oficiais superiores, Botelho Moniz, Costa Gomes e Craveiro Lopes, contra Salazar; as eleições de novembro para a Assembleia Nacional, sem condições para as oposições concorrerem, com grandes protestos contra a farsa eleitoral por todo o país, e, na noite de fim do ano, o ataque a um quartel militar na cidade de Beja, por cerca de uma centena de homens armados.

Em 1962, assiste-se ao envolvimento dos estudantes na luta contra o regime, na crise académica nas universidades de Lisboa, Coimbra e Porto, e ao desenvolvimento de lutas dos trabalhadores agrícolas, essencialmente do sul do país, pelas 8 horas de trabalho. Todo este grande movimento de protesto culminou no 1.º de Maio e em lutas de rua em Lisboa, que mobilizaram cerca de cem mil pessoas.

Notícia do assalto ao avião da TAP *Diário de Lisboa* – 10 de novembro 1961 (Arquivo Casa Comum)

FUNDADOR – JOAQUIM MANSO

SEXTA-FEIRA, 10 DE NOVEMBRO DE 1961

ANO 41.º – NÚMERO 13 977

Diário de Lisboa

DIRECTOR – NORBERTO LOPES
DIRECTOR-ADJUNTO – MARIO NEVES

TELEF. : 320271 • 320273, 321154 • 321155 REDACÇÃO, COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO PROPRIEDADE DA RENASCENÇA GRÁFICA EDITOR – J. CHRISOSTOMO DE SA
ENDEREÇO TELEGRÁFICO: DIBOA RUA LUZ SORIANO, 44 • 43 – LISBOA ADMINISTRAÇÃO – RUA DA ROSA, 57, 2 NÚMERO AVULSO: UM ESCUDO

O avião da T.A.P. vindo de Casablanca foi impedido de aterrar em Lisboa por passageiros de armas na mão que lançaram manifestos sobre a capital

O avião da carreira da T. A. P. entre Casablanca e Lisboa, que hoje devia aterrar no aeroporto da Portela cerca das 11 horas, embora tivesse sido assinalado sobre a capital e mesmo nas proximidades daquele campo, não solicitou as habituais instruções para descer, dirigindo-se, em largas evoluções, para outras zonas da cidade, nomeadamente os bairros ocidentais.

Após o mesmo tempo que a tripulação comunicava para a torre de controlo do aeroporto que estava a manobrar sob coacção, o avião deixava cair sobre diversos pontos do Lisboa e dos arredores um pequeno manifesto impresso em papel de arroz, nas dimensões de 24 centímetros por 10,5 e com a assinatura de Henrique Galvão.

O avião, que tomou depois o rumo de Almada e do Barreiro, seguiu em direcção ao Sul, e a sua

passagem foi assinalada sobre outros pontos do País.

O avião com o qual se deu o acontecimento era um «Super-Constellation» da T. A. P., que assegurava agora a carreira Lisboa-Casablanca e volta, com escala por Tanger. A partida de Lisboa faz-se às quintas-feiras e o regresso de Casablanca, às sextas-feiras. O aparelho trazia como piloto o comandante Sozeira Marcelino e co-piloto o major Teles Grilo, e os restantes tripulantes eram os mecânicos Alberto

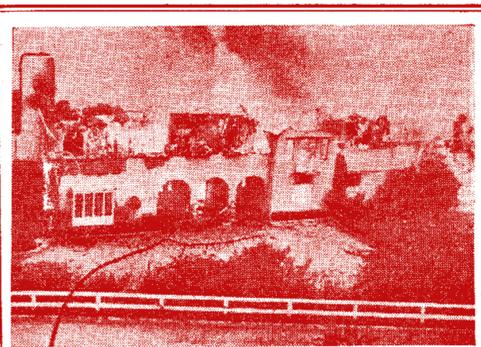
A TRIPULAÇÃO

dominada por seis passageiros

TANGER, 10 — O avião da carreira regular Casablanca-Lisboa, desviado do seu ponto de aterragem previsto, pousou em Tanger, às 12 e 12 horas.

(Continua na 12.ª página)

O DISCURSO do Chefe do Governo



O pavoroso incêndio que, durante dois dias, devastou recentemente os arredores de Hollywood, destruiu vários palacetes sumptuosos, apesar dos poderosos meios utilizados contra as chamas. Na gravura, uma das vivendas do bairro Bel Air transformada em brasero

A GUERRA COLONIAL

Nos anos que se seguiram à II Guerra Mundial, e no seguimento da proclamação da independência por numerosos Estados da África e da Ásia do colonialismo britânico francês e neerlandês, Salazar mostrou-se insensível a este movimento, respondendo ao início da guerra em Angola, em 1961, com a mobilização de forças armadas, agravando-se a situação militar com a abertura de uma nova frente de combate em 1963 na Guiné-Bissau e a extensão da frente militar a Moçambique em 1964, o que obrigou o Governo português a aumentar gradualmente o contingente expedicionário e o serviço militar, de dois anos no início da guerra, para três e meio/quatro.

«Mas nós nunca confundimos o “colonialismo português” com o “povo de Portugal”, e temos feito tudo, na medida das nossas possibilidades, para preservar, apesar dos crimes cometidos pelos colonialistas portugueses, as possibilidades de uma cooperação eficaz com o povo de Portugal, numa base de independência, de igualdade de direitos e de reciprocidade de vantagens seja para o progresso da nossa terra, seja para o progresso do povo português.»

Amílcar Cabral

A partida de navios com militares e destino à guerra nas colónias era sempre uma ocasião de despedidas emotivas por parte das famílias, que não tinham a certeza de que os seus filhos, pais ou irmãos iriam regressar sãos e salvos.

1974 — Nino Vieira proclama em Madina do Boé a Independência da Guiné-Bissau (Arquivo RTP)



Samora-Machel com Eduardo Mondlane (direitos reservados)



Agostinho Neto © Augusta Conchiglia



Amílcar Cabral (direitos reservados)



1969 — Partida do navio Império com militares © Fernando Cardeira



A RECUSA DA GUERRA COLONIAL – O SALTO

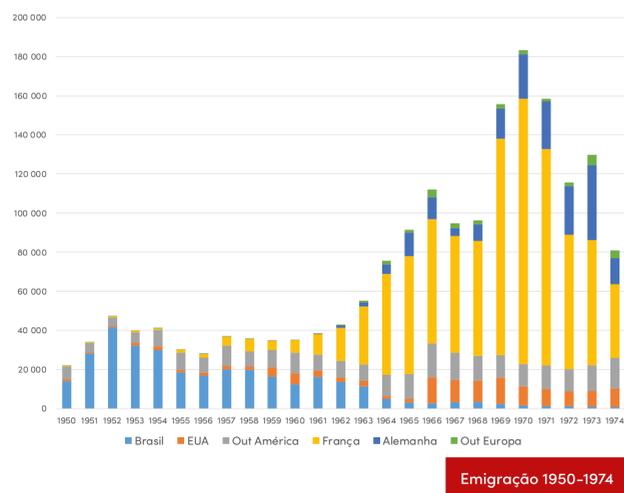
O crescimento da mobilização de militares portugueses para combater na Guerra Colonial, que foi acompanhando a abertura progressiva das frentes de combate, teve como consequência o também aumento progressivo da saída de jovens com idade para serviço militar obrigatório para a emigração.

Até ao final dos anos 1950, o principal destino da emigração foi o continente americano. A partir do início da década de 1960, a situação inverteu-se, a França, em particular, tornou-se o principal destino da emigração portuguesa.

A emigração portuguesa económica e exilada, em particular para França, de 1961 até 1974, caracteriza, assim, uma época particularmente difícil em Portugal, não só pelas duras condições económicas vividas pelas populações rurais e urbanas, mas também pelo surgimento da guerra de libertação dos povos da Guiné-Bissau, de Angola e Moçambique e a consequente mobilização de jovens para a guerra contra os movimentos nacionalistas, para não falar das condições de repressão a tudo que fosse manifestação contra a ditadura de Salazar e, mais tarde, de Marcelo Caetano.

Ainda que o ritmo da emigração portuguesa para França tenha abrandado a partir de 1971, em consequência de um acordo celebrado entre Portugal e aquele país, tendo sido restringido o número de emigrantes aceites pela França e dificultado a entrada de indocumentados, de 1961 a 1974, emigraram para França quase 900 000 portugueses, estimando-se, a partir de fontes estatísticas deste país, que mais de 100 000 estavam em idade militar, o que corresponde a cerca de metade dos mais de 220 000 jovens desertores, refratários e faltosos ao serviço militar (CARDINA).

No âmbito da relação diplomática com Portugal, a França nunca assumiu claramente a aceitação de refugiados políticos portugueses, tendo atribuído este estatuto apenas a cerca de três centenas de casos no período 1958–1974 (PEREIRA), sendo o apoio aos imigrantes ilegais assegurado essencialmente pela comunidade portuguesa que se foi instalando em França, organizações e associações de imigrantes, instituições de natureza social incluindo os próprios sindicatos (CFDT e CGT), e sobretudo de apoio aos que recusaram a Guerra Colonial e, em particular, aos comités de desertores e refratários.



1968 — Quinta do Narigão, em Lisboa © Fernando Cardeira



1965 – Pescadores da Nazaré © José Augusto Martins



SEBASTIÃO SALGADO – OUTROS EXÍLIOS

Novembro 2021 – Excertos do depoimento de Sebastião Salgado em *Exílios 3* – Fotos, arquivo do autor

«Em 10 de agosto de 1969, eu e Lélia Wanick Salgado, minha mulher, embarcamos em um navio no porto de Santos, no Brasil, rumo à Europa. Naquele momento, eu com 25 anos e ela com 23, iniciávamos nosso percurso de refugiados. Ao chegarmos a Paris começamos a descobrir uma outra vida e a conviver com refugiados não só do Brasil, mas de outros países, inclusive de Portugal.

Quando se é refugiado não se sabe quando ou mesmo se um dia poderemos retornar ao nosso país. Quando comecei a fotografar para a imprensa francesa, passei a procurar trabalhadores imigrantes nos edifícios em construção, tanto em Paris como nos subúrbios, e a grande maioria dessa mão de obra era de origem portuguesa. Grande parte da colossal infraestrutura francesa foi construída por trabalhadores portugueses. E muitos deles se tornaram depois empresários, adquirindo uma considerável importância na cadeia produtiva do país. Isso foi algo que me tocou muito.

Com a Revolução dos Cravos em 1974, Lélia e eu fomos para Portugal. No Brasil, ainda estávamos sob a ditadura, e Portugal era nosso país na Europa, não podíamos deixar de vivenciar este início de redemocratização e de retorno de muitos portugueses ao país.

O facto de ser um fotógrafo atuando em coberturas internacionais me levou para a África, para testemunhar a derrocada do colonialismo português. Em Angola e Moçambique [,] me deparei com soldados que materializavam o pesadelo de jovens portugueses. Eram aqueles que não conseguiram fugir do país e estavam encerrados em uma guerra terrível, desonesta e injusta, na qual eram obrigados a violentar a população africana. Recordo viajar em comboios militares, avançando em ziguezagues por rotas repletas de minas. Certa vez, no trajeto de Mueda a Nampula, uma mina explodiu sob o caminhão em que me encontrava, matando o condutor e amputando as duas pernas do tenente ao seu lado. Oficiais militares de carreira optaram por estar ali, mas soldados foram arrancados de seu meio para servir de carne para canhão. Era uma crueldade de encher os olhos de lágrimas.

Lembro-me ainda, de volta a Portugal, quando solicitei permissão para fotografar feridos de guerra em um hospital. Foi uma das maiores tristezas que experimentei: ver dezenas de jovens sem pernas ou braços, os corpos destruídos.»

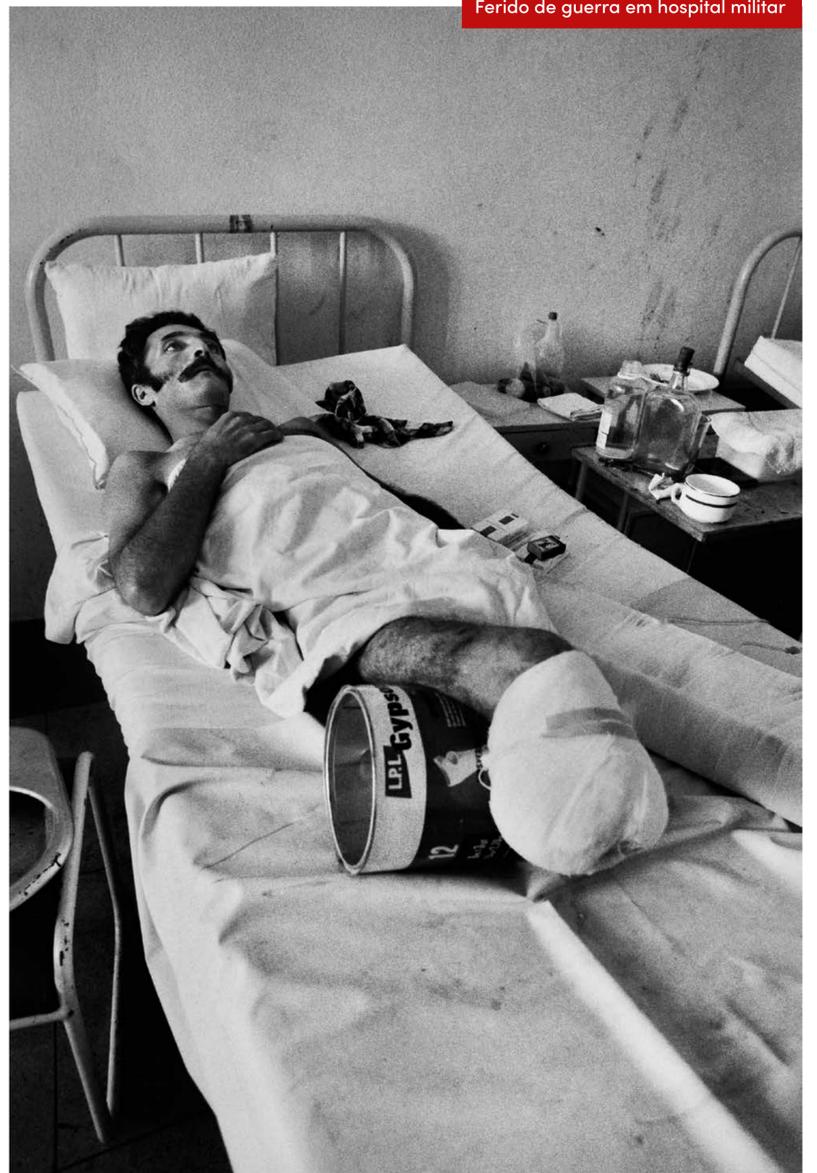


Sebastião e Lélia quando chegaram a Paris, em 1969

Coluna militar portuguesa em Moçambique durante o período de transição

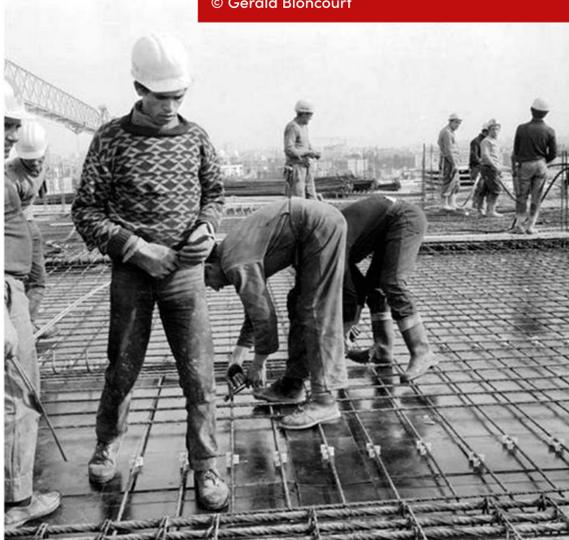


Ferido de guerra em hospital militar





Bidonville em Paris
© Gérald Bloncourt



Trabalhadores da construção civil, Paris
© Gérald Bloncourt

A CHEGADA AO EXÍLIO

Sem grandes perspectivas no país, abandonando a pobreza, a emigração portuguesa para a França, e em geral para a Europa, é, no início da década de 1960, composta em maior número por pequenos agricultores com alguns bens que podem financiar a viagem e primeiros custos de instalação no exterior, e também por pequenos artesãos ou comerciantes, estes últimos adaptando-se melhor a uma sociedade mais evoluída. A partir do final da década de 1960, na sequência dos fortes movimentos de contestação da ditadura e da Guerra Colonial, passa também a emigrar um maior contingente de estudantes e trabalhadores urbanos, incluindo os de Lisboa e do Porto, e muitos jovens marcados pela incerteza da guerra.

Os recém-chegados trabalham nos serviços (especialmente as mulheres em limpezas), na construção e obras públicas, como não especializados, pedreiros, carpinteiros, ladrilhadores e outros, sendo poucos os empregados no comércio, bancários e membros das profissões liberais.

Até quase ao final do período 1961–1974, as suas condições de vida refletiam os seus baixos níveis de qualificações: muitos continuavam a habitar os bairros de lata semelhantes aos que conheciam em Lisboa, os *bidonvilles* da região parisiense, outros em habitações sobrelotadas. Só já na década de 1970 é que a situação de alojamento melhorou com a eliminação progressiva dos *bidonvilles* e o realojamento de muitos dos seus habitantes em habitação social (HLM), além disso passaram a beneficiar de outros apoios sociais que não estavam disponíveis em Portugal.

Em 1960–1974, o crescimento extraordinário da emigração portuguesa para a França e, em geral, para a Europa foi envolvendo progressivamente um número maior de jovens mais qualificados e politizados, saídos muitos deles das lutas estudantis das grandes cidades, Lisboa, Porto e Coimbra, com uma influência determinante no crescimento progressivo de jornais de diferentes tendências políticas, em língua portuguesa, e na criação de associações culturais e recreativas portuguesas e de estruturas de apoio aos emigrantes e, em particular, aos indocumentados, a maioria dos quais que recusaram servir no exército colonial numa guerra que nada lhes dizia ou que recusavam abertamente (Volovitch referiu: para no final do período era uma centena de títulos em França e o mesmo número para associações).

A TOMADA DE CONSCIÊNCIA

Além de comités de apoio aos desertores, que aparecem por exemplo em Paris e Grenoble, muitas instituições de solidariedade social francesas assumem um papel relevante na regularização de situação de residência, procura de emprego e de alojamento ou apoio para acesso a cursos de formação ou, em geral, ao sistema de ensino francês, como é o caso da CIMADE em Paris, e da ODTI em Grenoble.

A partir de 1971, com as restrições à legalização de indocumentados na França, os jovens em idade militar passam a dirigir-se em maior número primeiro para a Bélgica e para os Países Baixos, onde se conseguia passar a fronteira com aquela nação sem mostrar documentos, e, de forma mais ou menos complicada, para o Luxemburgo, Dinamarca, Suécia, Suíça e Reino Unido, onde se desenvolveram diversas estruturas locais de apoio aos recém-chegados, nomeadamente comités de desertores.

A difusão de publicações portuguesas, o enquadramento feito por associações locais em todos os países da Europa, envolvidas em atividades recreativas que incluíam projeções de filmes, criação de grupos de teatro amador, com especial relevo para o Teatro Operário de Helder Costa, e espetáculos musicais com os cantores de protesto, bem como a participação em ações de protesto locais contra as Guerras Colonial e do Vietname e a própria participação em acontecimentos como o Maio de 1968, com foco em Paris. Tudo isto teve uma influência decisiva na mobilização e na consciencialização política dos jovens emigrantes que simplesmente saíam de Portugal “a salto” para não serem incorporados numa guerra que não lhes dizia respeito ou para tentarem melhorar a sua situação económica.

A manifestação de jovens portugueses no 1.º de Maio (1974) em Paris, foi como que uma explosão de toda essa juventude que começou, progressivamente e ao fim de seis dias, a confiar no Movimento das Forças Armadas, apresentando-se, nessa manifestação, muitos deles com a cara destapada.



1.º de Maio, 1974, em Paris
© José Augusto Martins

BAGANHA, Maria Ioannis B., *As correntes emigratórias portuguesas no século XX e o seu impacto na economia nacional*; VOLOVITCH-TAVARES, Marie-Christine, *Les phases de l'immigration portugaise, des années vingt aux années soixante-dix*; PEREIRA, Victor, *Les exilés politiques portugais en France de 1958 à 1974*; CARDINA, Miguel, *A deserção à Guerra Colonial: História, memória e política*.

Peça “A Terra a quem a Trabalha” pelo Teatro Operário de Paris, no Clube Operário Português – Luxemburgo
© José de Matos (Arquivo António Paiva)



EMIGRANTES DO SÉCULO XXI

I. O economista Eugénio Rosa diz ser importante referir que Portugal é um «exportador» de mão de obra qualificada», detalhando que, entre 2011 e 2015, emigraram para o estrangeiro, em média, 117 mil portugueses por ano e, entre 2016 e 2022, 77 500 por ano. Adianta ainda que, em 2021, por exemplo, 47,6 % tinham o ensino superior e 34,3 % o secundário. Saíram «porque não conseguiam encontrar no seu país remuneração e trabalho digno».

Para onde emigram mais portugueses?

França permanece o país com maior número de imigrantes residentes nascidos em Portugal (573 000), seguindo-se a Suíça (204 000), os Estados Unidos (184 000), o Reino Unido (156 000), o Brasil (138 000), o Canadá (134 000) e a Alemanha (115 000).

As estimativas apontam para que 30 % dos nascidos em Portugal com idades entre 15 e 39 anos deixaram o país em algum momento e vivem atualmente no exterior. São mais de 850 mil.

Expresso

O número de pessoas nascidas em Portugal que regressam ao país aumentou consideravelmente nos últimos anos. Em 2022, quase metade dos que regressaram tinham entre os 15 e os 39 anos, o que é positivo.

II. Algumas medidas implementadas têm estimulado o regresso dos jovens portugueses:

1. Devolução de propinas;
2. IRS Jovem, durante os primeiros cinco anos de trabalho;
3. Regime dos residentes não habituais, entretanto extinto, mas que ainda tem milhares de beneficiários;
4. Programa Regressar.

Além de medidas de incentivo fiscal, há mudanças a nível das empresas que podem contribuir para uma maior satisfação dos trabalhadores, sobretudo dos mais jovens.

Nestas, incluem-se medidas de apoio à habitação, à parentalidade, à conciliação da vida familiar e profissional e regimes de trabalho híbrido (que combinam o trabalho remoto com o presencial).

SIC Notícias, 10 de dezembro de 2024

III. Fatores que condicionam a decisão de emigrar

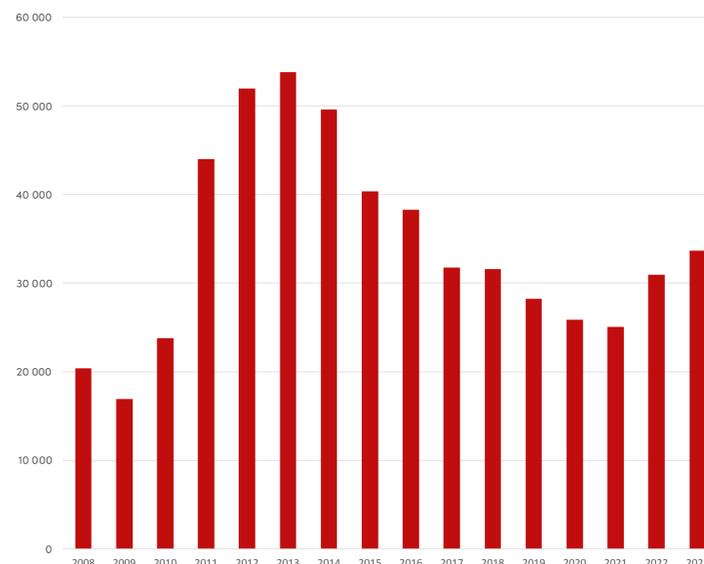
1. Maior salário bruto mensal;
2. Menores impostos sobre os salários (incluindo contribuições para a Segurança Social);
3. Melhores perspectivas de obtenção de um emprego e de progressão na carreira;
4. Acesso mais facilitado à habitação;
5. Melhores condições de vida para além do salário (incluindo menor número de horas de trabalho semanais);
6. Distância da cidade de destino (custo de uma viagem de avião de ida e volta do Porto para o destino de emigração).

Estudo jovens emigrantes qualificados do Centro de Estudos da Federação Académica do Porto, CEFAP

IV. Outras opiniões

«Não é com o IRS jovem, com o Programa Regressar ou com a devolução das propinas que vamos conseguir mudar alguma coisa. Precisamos de uma mudança de fundo.» Advoga Francisco Fernandes, presidente da Federação Académica do Porto, que defende quatro pilares para estancar a perda de jovens talentos: valorização dos salários, acesso à habitação, melhoria da qualidade de vida e aposta na ciência. A par de melhores salários os jovens ambicionam um «melhor equilíbrio entre a vida profissional e pessoal». Nesse sentido, «é preciso caminhar para o modelo de semana de trabalho de quatro dias e para modelos híbridos de trabalho».

(amcorreia@expresso.imprensa.pt)



Emigração portuguesa 2008-2023



IMIGRANTES DO SÉCULO XXI

Em Portugal, no ano de 2023, viviam 10 639 726 pessoas. Destas, cerca de 1 040 000 (à volta de 9,8 %) eram imigrantes e 9 599 726 tinham nascido em Portugal.

O número de imigrantes diminuiu entre 2010 e 2015, mas entre 2018 e 2019 o crescimento foi superior a 110 mil estrangeiros.

Os imigrantes em Portugal ganharam, em média, 600 € brutos por mês, em 2024. São 160 € abaixo do salário mínimo nacional em 2023, que era de 760 € mensais.

De acordo com o *Diário de Notícias*, que cita dados do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, há determinadas nacionalidades que estão maioritariamente ligadas a trabalhos onde predominam as remunerações baixas, como brasileiros, indianos, nepaleses e cabo-verdianos.

Em sentido contrário, foram os espanhóis que receberam os salários mais elevados.

Problemas da integração dos imigrantes

Legalização – Calvário da regularização

Salários baixos

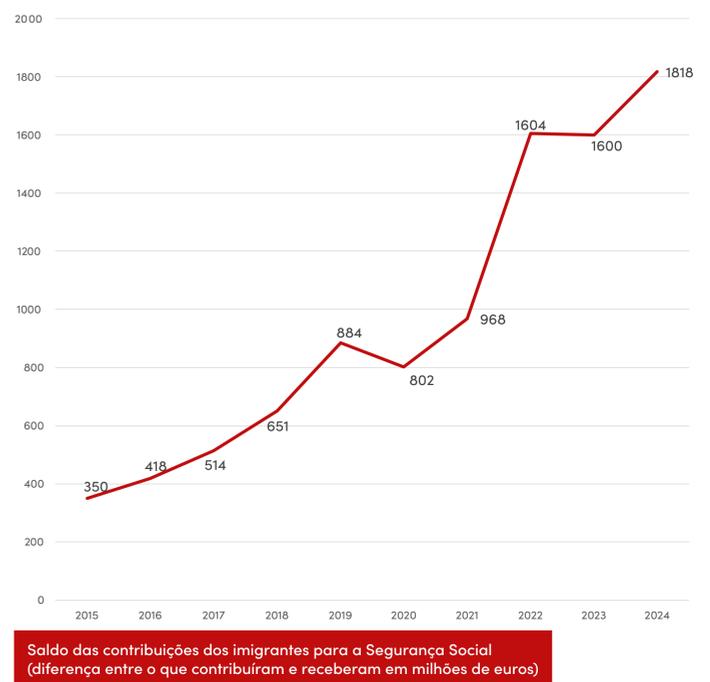
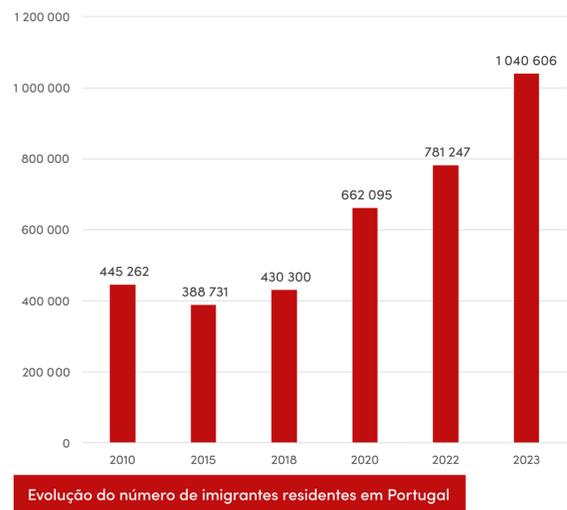
Precariedade

Acesso à habitação

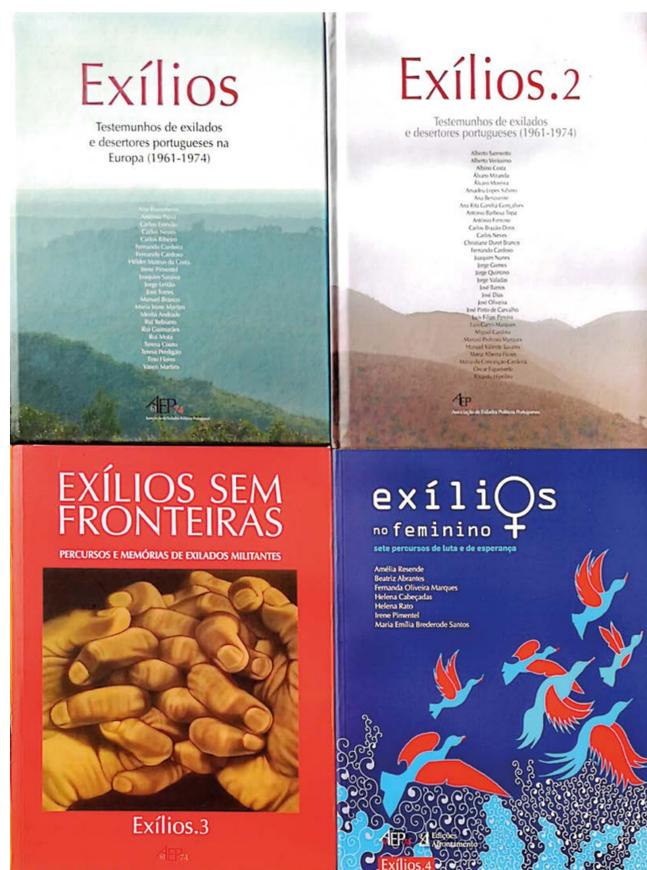
Acesso à saúde

Acesso à educação e formação profissional

Preconceitos e racismo



EXÍLIOS – AEP61-74 DEPOIMENTOS



Exílios

Ana Rosenheim
 António Paiva
 Carlos Estevão
 Carlos Neves
 Carlos Ribeiro
 Fernando Cardeira
 Fernando Cardoso
 Hélder Mateus da Costa
 Irene Pimentel
 Joaquim Saraiva
 Jorge Leitão
 José Torres
 Manuel Branco
 Maria Irene Martins
 Merita Andrade
 Rui Bebiano
 Rui Guimarães
 Rui Mota
 Teresa Couto
 Teresa Perdigão
 Tino Flores
 Vasco Martins

Exílios 2

Alberto Sarmento
 Alberto Veríssimo
 Albino Costa
 Álvaro de Miranda
 Álvaro Moreira
 Amadeu Lopes Sabino
 Ana Benavente
 Ana Rita Gandra Goncalves
 António Barbosa Topa
 António Firmino
 Carlos Brazão Dinis
 Carlos Neves
 Christiane Duret Branco
 Fernando Cardoso
 Joaquim Nunes
 Jorge Gomes
 Jorge Quintino
 Jorge Valadas
 José Barros
 José Dias
 José Oliveira
 José Pinto de Carvalho
 Luís Filipe Pereira
 Luís Garro Marques
 Miguel Cardina
 Manuel Pedroso Marques
 Manuel Valente Tavares
 Maria Alberta Flores
 Maria da Conceição Cardeira
 Óscar Figueiredo
 Ricardo Hipólito
 Tino Flores

Exílios 3

Afonso de Vasconcelos
 António Couvinha
 Artur Monteiro de Oliveira
 Benjamim Monteiro
 Carlos Ventura
 Eurípedes Costa
 José Augusto da Silva Martins
 José Louza
 José Pinto de Sá
 José Pires Brazão
 José Rosa.
 Manuel José Chico
 Milice Ribeiro dos Santos
 Nelson Anjos
 Orlando Gonçalves
 Romeu Batista
 Rui Lopes
 Sara Amâncio
 Vasco Lupi e Costa

Exílios no feminino

Amélia Resende
 Beatriz Abrantes
 Fernanda Oliveira Marques
 Helena Cabeçadas
 Helena Rato
 Irene Flunser Pimentel
 Maria Emília Brederode Santos